



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Engenho Velho/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

C837t Costa, Nilson Luiz *et al.*
Perfil Socioeconômico do Município de Engenho Velho-RS / Claudio Eduardo Ramos
Camfield, Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Saionara da Silva. -
Sarandi/RS, 2021.
49 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - -
Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4.
Inovação. 5. Cooperação. I. Costa, Nilson Luiz. II. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.
Nunes de Oliveira, Gabriel. IV. Giotto, Enio. V. Saionara da Silva.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Elaine Ferreira (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR) – Mestrado Acadêmico

João Pedro Velho (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

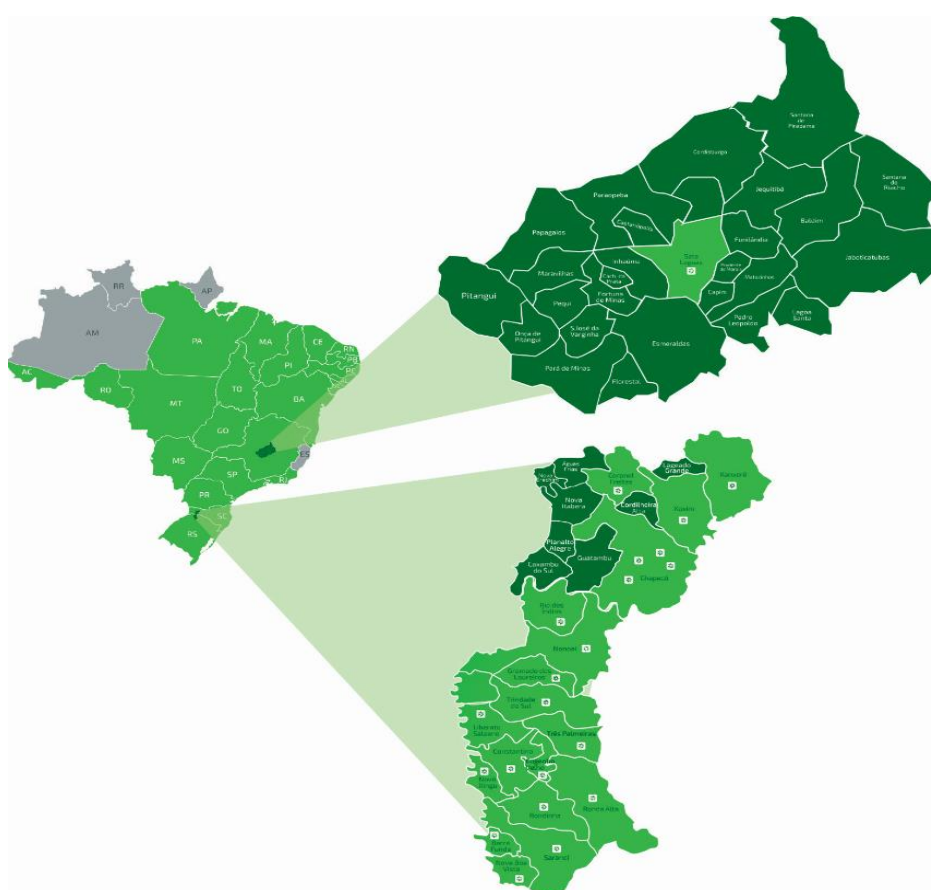
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO	8
2.1. Caracterização demográfica	8
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	11
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	11
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho.....	17
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	20
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento.....	33
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	33
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	34
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	35
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	36
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	38
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG e o Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas ao perfil socioeconômico dos municípios que estão na área de atuação da Sicredi Região da Produção, bem como os desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada local onde a cooperativa possui agência, no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Região da Produção RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Esta iniciativa coletiva e comprometida com o processo de fomento à reflexão sobre o desenvolvimento e ao capitalismo consciente foi construída em cooperação com os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos.

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Engenho Velho/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO

Conforme informações da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Engenho velho/RS (2020), o município possui uma área de 71,2 km², limitando-se com os municípios gaúchos de Três Palmeiras ao norte, ao Sul com Rondinha e Ronda Alta, a Leste com Ronda Alta e a Oeste e Norte com Constantina, situando-se a 27 km a Norte-Oeste de Sarandi a maior cidade nos arredores.

O município está situado a 483 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 42' 31" Sul, Longitude: 52° 55' 50" Oeste. De acordo com a Câmara Municipal de Engenho Velho (2020), o município se localiza na região do Alto Uruguai, a 385 km da capital do estado, Porto Alegre.

Conforme a Câmara Municipal de Engenho Velho (2020), por volta de 1920, a região na qual se encontra o município era ocupada por um pequeno povoado às margens do Arroio Lajeado dos Lopes. Nesta época, a maior parte das terras pertenciam ao senhor Antônio Valério (vulgo Capitão Valério), sendo que, devido à numerosidade de sua família, o vilarejo era conhecido por povoado dos Valérios.

Conforme a Prefeitura Municipal de Engenho Velho (2020), durante os anos 1940, houve uma intensificação do povoamento da região que eventualmente levou à escassez da madeira e a subsequente desativação da primeira serraria do povoado, chamada de "Engenho" pelas famílias de origem italiana da região. A partir de 1996, o município passou por uma enorme transformação. Os índios caingangues retomaram o direito à posse da Reserva da Serrinha: cerca de 53% da área do município se tornava reserva indígena. Os colonos brancos foram indenizados, e deixaram as terras da reserva, deslocando-se para outros municípios.

Ainda conforme a Prefeitura Municipal (2020), depois de muitas negociações, conseguia-se junto à comissão de Justiça da Assembleia Legislativa do Estado, juntamente com o poder executivo do mesmo, a aprovação do Plebiscito que decidiria sua emancipação. O Município de Engenho Velho foi criado pela Lei Estadual nº 9.619 de 20 de março de 1992.

2.1. Caracterização demográfica

Conforme descrito anteriormente, o município de Engenho velho, começa a sua origem por volta de 1920, através dos membros da família de Antônio Valério, que tinham terras situadas a margem direita da bacia do Lajeado grande, principal rio do Município, a partir da cabeceira do Arroio dos Índios constituíam-se em reserva indígena e florestal.

Como a região do município era abundante de florestas, a madeira atraiu para o local as famílias Camilotti e Tesser, descendentes de italianos, provenientes da região da Serra e que lá instalaram uma serraria. Com o passar do tempo, a madeira foi escasseando e a serraria, chamada pelos italianos de "engenho", virou sucata, dando origem ao nome "Engenho Velho".

A partir daí a emancipação representou uma nova página na história do município, que, com a simplicidade de seus colonizadores, procurou modernizar-se, desenvolver-se e gerar novas riquezas para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, que denominam-se pelo gentílico de engenho-velhenses.

Em se tratando de demografia, o município de Engenho Velho possui uma densidade demográfica de 21,4 habitantes por km² no território do município. A população estimada atual, segundo o IBGE (2020) é de 1.034 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 1.527 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Urbano	281	38%	316	40%	597	39%
Rural	461	62%	469	60%	930	61%
Total	742	100%	785	100%	1.527	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme é possível observar na Tabela 1, 39% da população de Engenho Velho vive na zona urbana. Quanto a população residente na zona rural, tem-se uma praticamente uma igualdade entre homens e mulheres, com uma população masculina de 62% e a feminina de 60%.

Do contingente de 1.527 pessoas, cerca de 26% tem até 14 anos, 24% de 15 a 29 anos, 36% de 30 a 59 anos e 14% de 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	199	27%	198	25%	397	26%
15-29 anos	176	24%	194	25%	370	24%
30-59 anos	276	37%	270	34%	546	36%
60 ou mais	91	12%	123	16%	214	14%
Totais	742	100%	785	100%	1.527	100%

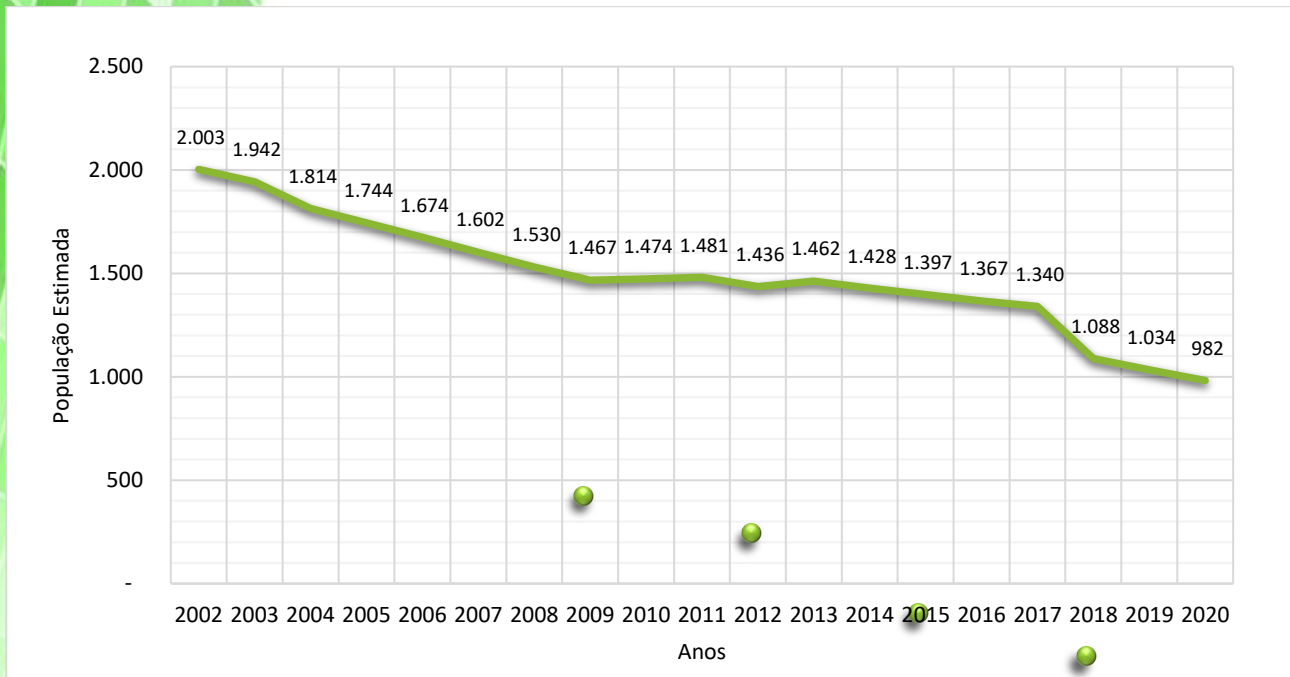
Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme a Tabela 2, observa-se que cerca de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Buscando uma maior compreensão sobre o comportamento do desenvolvimento da população do município, apresenta-se na Figura 2 a evolução de uma série histórica de dezenove anos da população municipal de Engenho Velho.

Neste sentido, é possível verificar que a população do município partiu de 2.003 pessoas no ano de 2002, vindo em decréscimo até o ano de 2020, quando atingiu um total de 982 pessoas, totalizando saldo populacional negativo de 51%. Em todo o período analisado percebe-se que houve somente um pequeno crescimento da população entre 2009 e 2011, assim com entre 2012 e 2013, mas sem muita relevância.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

Entre 2002 e 2018, o PIB Real do município de Engenho Velho evoluiu de R\$ 50,7 milhões para R\$ 51,7 milhões, representando um pequeno crescimento real de 2% nos últimos 16 anos e uma taxa média de crescimento de somente 0,1% ao ano.

Observa-se na Figura 3 que a trajetória do crescimento econômico de Engenho Velho, veio ao longo do período analisado aprestando algumas variações entre ascensão e queda do seu valor agregado bruto, demonstrando assim uma maior ou menor participação de determinados setores produtivos locais. Neste sentido, observa-se que os anos em que o PIB Real do município mais se destacou foram 2003 quando alcançou R\$ 59,4 milhões e 2015 quando atingiu o seu patamar mais alto durante o período analisado na série histórica (R\$60,9). Nos anos seguintes começou a decrescer novamente, apresentando em 2018 cerca de R\$ 51,7 milhões.

Observa-se ainda na Figura 3, que o município vinha em um estado de instabilidade econômica entre 2004 e 2012, período em que se apresentaram anos o PIB mais baixos (cerca de R\$ 33 Milhões em 2005 e 39 Milhões em 2012). No ano de 2013 começou uma recuperação da atividade econômica de Engenho Velho, refletindo em um PIB de R\$ 57,5 milhões (um salto de 45% relativamente ao ano anterior). Neste ano o setor que mais contribuiu para esta recuperação foi o agronegócio, que obteve um crescimento na ordem de 167%.

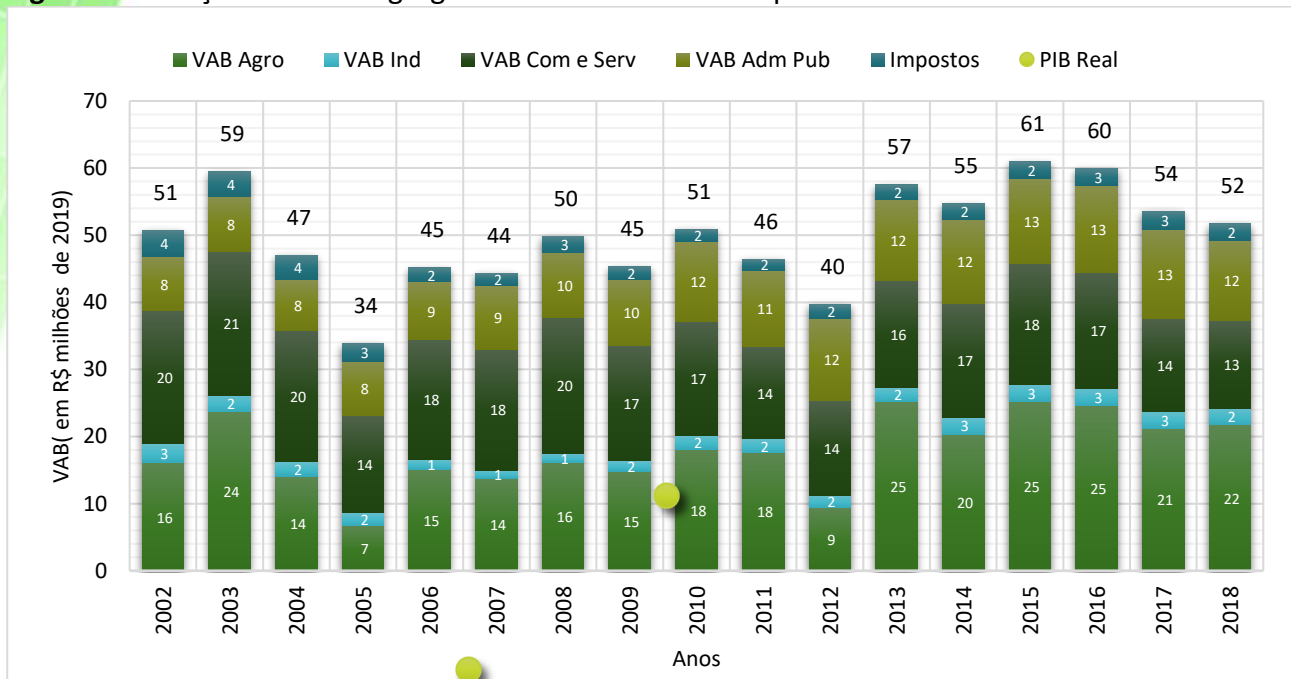
Conforme se pode verificar na Figura 3, entre os setores que mais geraram riquezas no município ao longo dos anos compreendidos pela série histórica, destacam-se: comércio e serviços (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 17 milhões); agropecuário (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 18 milhões) e administração pública (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 11 milhões) e, por fim, a indústria (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 2 milhões).

Em termos gerais, os setores que obtiveram crescimento econômico durante o período analisado foram a administração pública com um crescimento total de 47% e o agropecuário com 35%. Os setores de comércio e serviços e o industrial apresentaram decréscimo na ordem de 33% e 14% respectivamente.

Como descrito anteriormente, mesmo o setor agropecuário sendo o maior responsável pela geração de riqueza em Engenho velho, alguns segmentos ligados ao comércio e serviços também

buscam contribuir. Tendo por base os dados do CNAE, pode-se citar como exemplos: as atividades econômicas ligadas a fabricação de artigos de cutelaria (com uma taxa média de crescimento de 8% ao ano), o crédito cooperativo (com uma taxa média de crescimento de 6% ao ano), o comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção (com uma taxa média de crescimento de 2% ao ano), o comércio atacadista de soja (com uma taxa média de crescimento de 2% ao ano) que mesmo de uma forma mais tímida, são responsáveis pela geração de emprego, podendo ter uma repercussão no PIB Real.

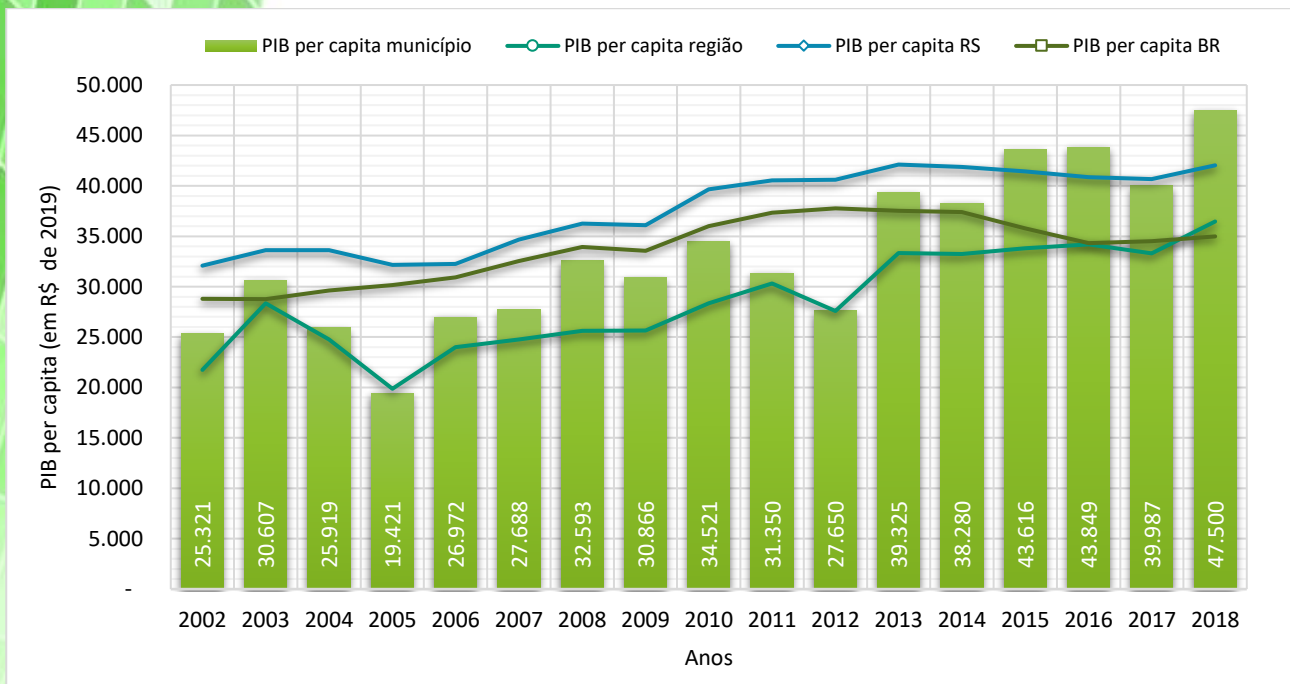
Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real no município: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Na Figura 4 é possível identificar a evolução do PIB Real *per capita* do município, da região de análise, do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Considerando-se o início do período analisado até o ano de 2018, o PIB real *per capita* evoluiu de R\$ 25,3 mil para R\$ 47,5 mil. Em Engenho Velho, a renda média por cidadão, dada pela divisão PIB Real/População Residente, é cerca de 16% superior à média regional, que foi de R\$ 28,5 mil em 2018, 12% inferior a média estadual, que se situou em R\$ 37,7 mil e 1% inferior a média nacional, que ficou por volta de R\$ 33,7 mil no mesmo ano.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Região da Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018.



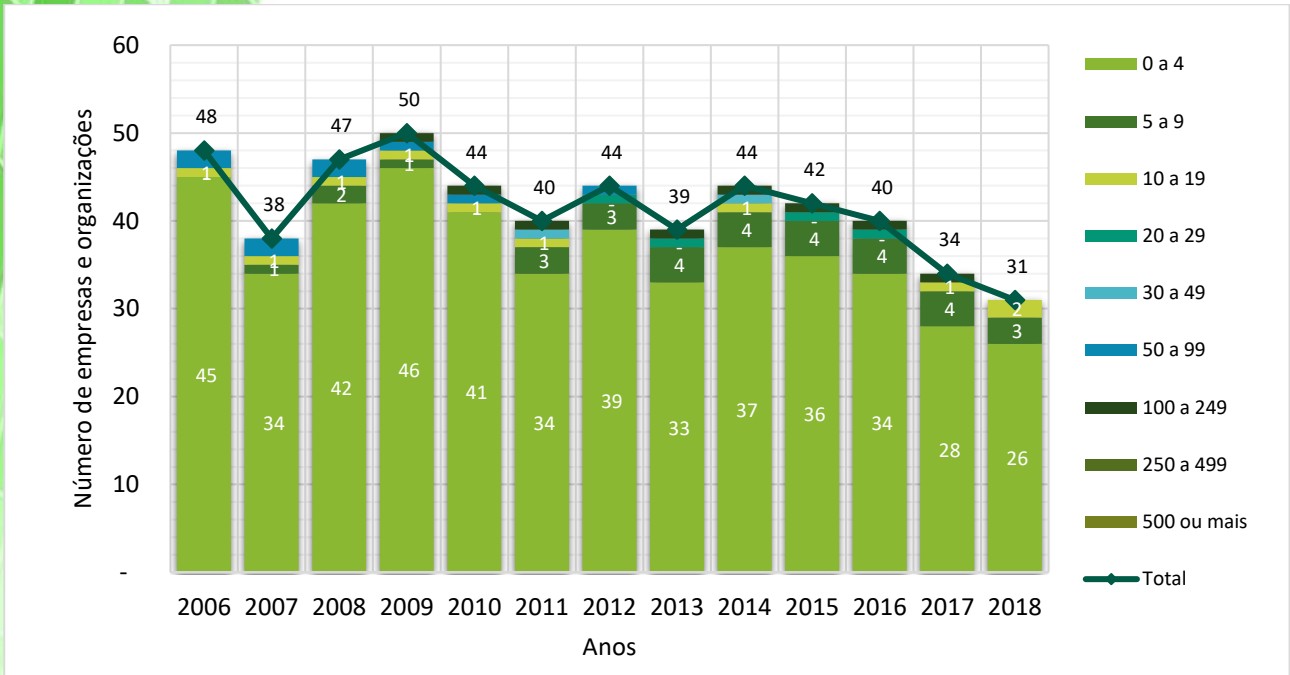
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam mais 84% do total do município.

Em 2018, 5 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 3 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados e as demais englobando empresas de maior porte, conforme é possível observar na Figura 5.

Em geral, desde 2009, ano este em que se teve uma maior quantidade de empresas (50) no município, veio ocorrendo uma retração e o fechamento de várias empresas.

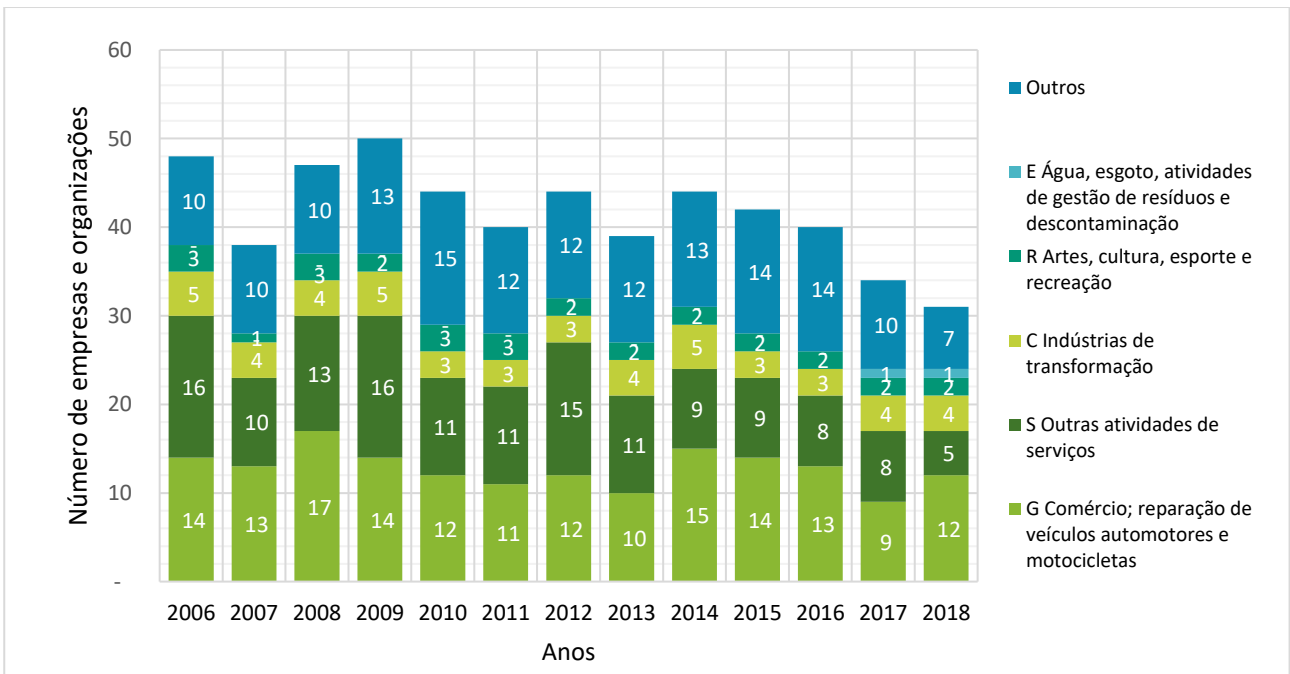
Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Apresenta-se na Figura 6 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

Inicialmente é perceptível que o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações no decorrer dos anos analisados. Este segmento conta com 12 empresas, equivalente a 39% do total no ano de 2018.

Após uma recuperação em 2014, este segmento veio retraindo nos anos subsequentes, contribuindo para a queda no total de empresas e organizações no município de Engenho Velho. Importante destacar que o setor do comércio é um dos mais fortes no município e quando o mesmo não vai bem, como visto nos últimos anos, devido a retração do setor, fica evidente a sua contribuição para a queda no total de empresas e organizações no município de Engenho Velho.

O segmento econômico relativo a outras atividades de serviços tem um papel importante na atividade econômica do município. Este conta com 5 empresas, o que equivale a 16% do total destas em 2018.

O segmento de transporte e armazenagem vem experimentando incrementos no período estudado, mas com alguns períodos de retração nos últimos 4 anos do período analisado, passando a agregar com 3 empresas, o que representa 9% do total destas em 2017, mas em 2018 contou somente com 1 empresa o que representa 3% do total..

Destaca-se, também, a administração pública, defesa e seguridade social, assim como o os setores relacionados a artes, cultura, esporte e recreação, onde tanto um quanto o outro agregam com 2 empresas e/ou organizações cada, o que equivale a 4% do total de empresas em 2017, mas, em 2018 a primeira contou somente com 1 empresa representando 3% do total e, a segunda, mesmo permanecendo com 2 empresas, aumentou sua representatividade (6% do total). Por fim, em 2018, 23% do total de empresas do município pertencem a outros segmentos econômicos.

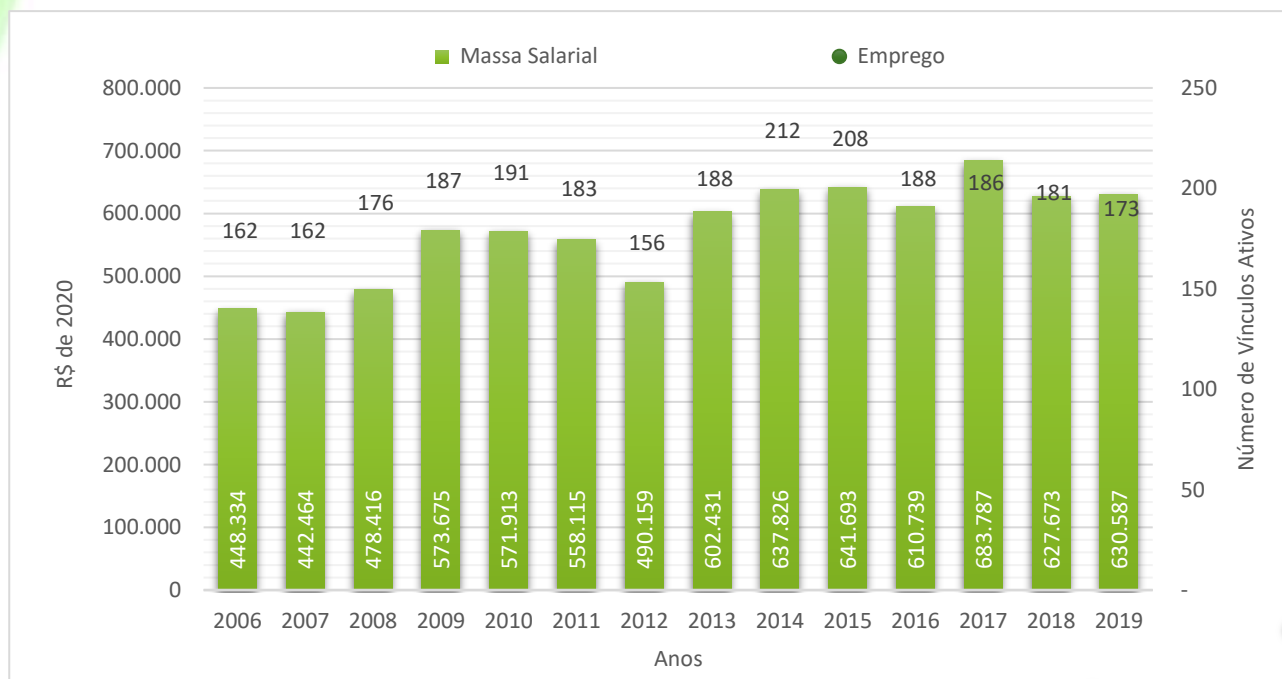
Portanto, observa-se que principalmente comércio, outras atividades de serviços, indústrias de transformação, e artes, cultura, esporte e recreação, foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município em 2017, no que tange ao meio empresarial, representando 74% do total de empresas e organizações.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 7, observa-se que entre os anos de 2006 e 2014 o município veio experimentado um acréscimo no número de empregos e da massa salarial, partindo de 162 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 448.334,00 em 2006 para 212 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 637.826,00 em 2014. No ano de 2015 houve um pequeno decréscimo no total de empregos no município (208), entretanto, na remuneração houve um acréscimo, passando a um total de total de R\$ 641.693,00.

Figura 7. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2019): 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

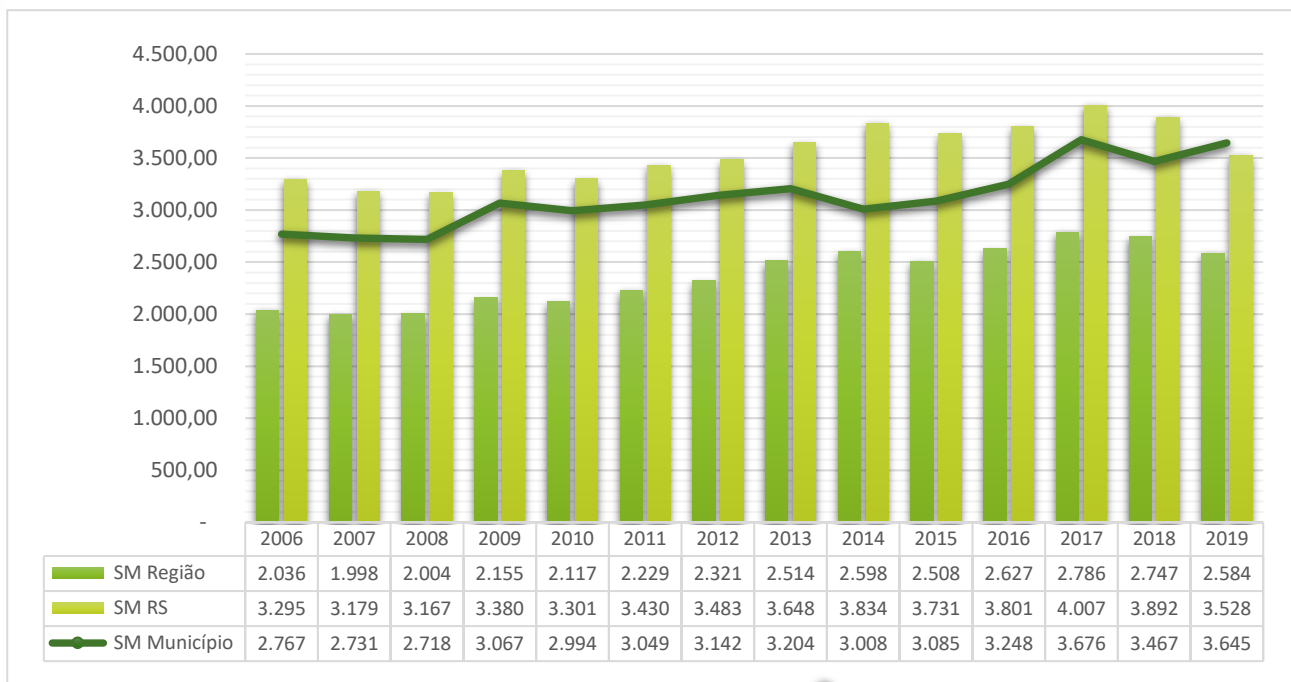
Em 2016 tanto a remuneração quanto os níveis de emprego baixaram no município. Todavia, no ano seguinte (2017) houve uma recuperação relativa à remuneração, onde o valor total chegou ao máximo observado em todo o período analisado, um total de R\$ 683.787,00, mas, voltou a decrescer em 2018, atingindo o valor de R\$ 627.773,00, voltando a apresentar pequeno

crescimento em 2018 (R\$ 630.587,00). Ressalta-se que, mesmo com algum crescimento da remuneração, os níveis de empregos vieram se reduzindo nos últimos 5 anos da série histórica.

De forma geral, de 2006 a 2019 houve, no município de Engenho Velho, um crescimento de 7% no número de empregos e um crescimento médio de 1% ao ano. Por outro lado, relativo à remuneração, houve um incremento de 41% nesta em todo o período, assim como um crescimento médio de 3% ao ano.

Demonstra-se na Figura 8 a remuneração média do município de Engenho Velho. Levando em consideração todo o período analisado, é possível perceber alguns períodos de queda na remuneração média dos trabalhadores do município. Em 2006 a remuneração média no município era de R\$ 2.767,49, chegando em 2019 em R\$ 3.645,01, um crescimento de 32%, superior ao crescimento da região (27%) e do estado (7%).

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019



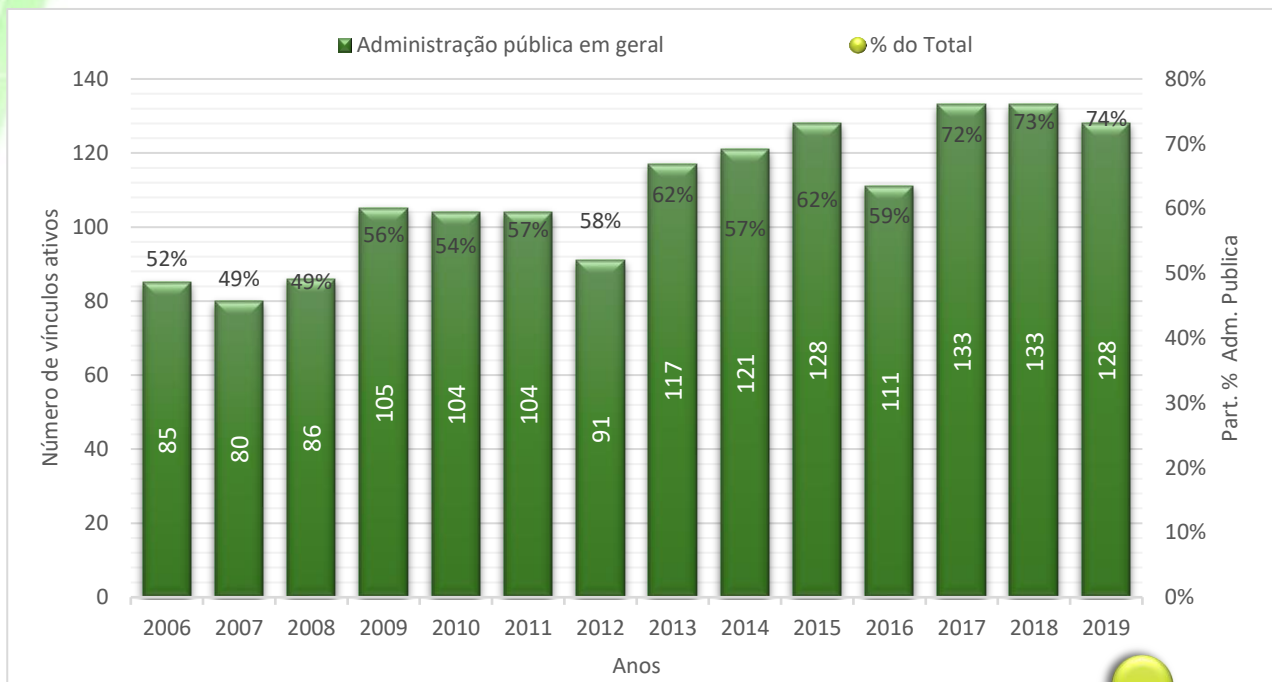
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

No ano de 2017, o município contou com a remuneração média mais alta do período (R\$ 3.676,28), mas apresentou em 2019 um decréscimo (R\$ 3.645,01). Destaca-se, também, que, comparativamente com a região e o estado, levando em consideração o ano de 2019, o salário

médio do município se encontra superior ao da região (R\$2.584,99, equivalente a 41%) e ao do estado (R\$ 3.528,35, equivalente a 3%).

Na Figura 9 é possível identificar a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município. Na média de todo o período analisado, cerca de 60% dos empregados do município estão diretamente vinculados ao setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo; saúde, educação, segurança, administração pública). Em termos absolutos, os empregos no setor público cresceram 50,6 % no período, iniciando em 2006 com 85 postos de trabalho (equivalente a 52% do total) e passando para 128 postos em 2019 (equivalente a 74% do total).

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019

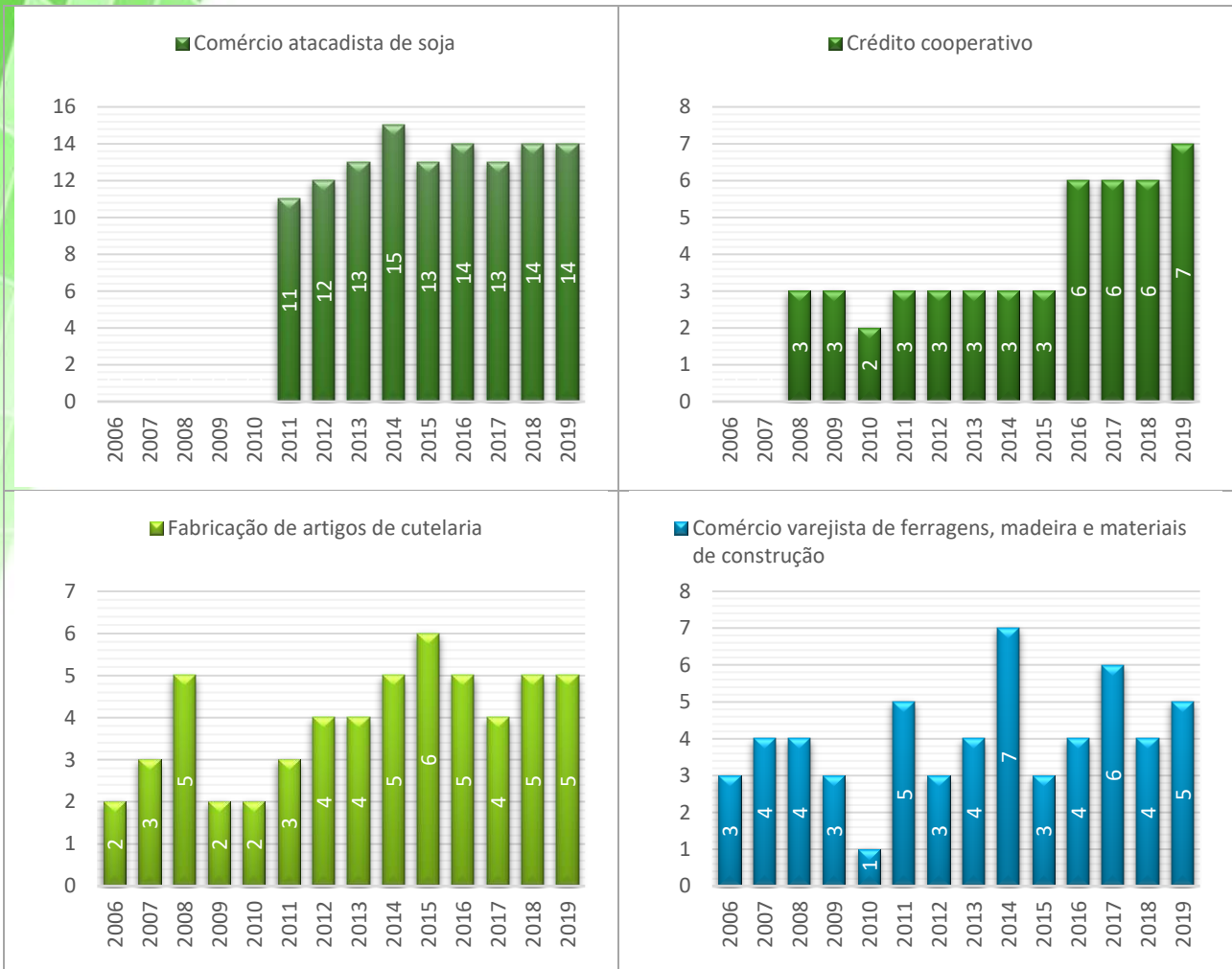


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Com o objetivo de melhor descrever a alocação da mão-de-obra formal do município, apresenta-se a Figura 10, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica, entre os segmentos que mais geraram novos postos de trabalho ao longo de 2006 a 2019.

Conforme se pode observar, o segmento de Comércio atacadista de soja, com dados computados desde 2011, ofertou 14 empregos em 2019.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Relativamente ao segmento de crédito cooperativo é possível verificar uma oferta de 7 empregos em 2019. Já, no segmento de fabricação de artigos de cutelaria foram registrados cinco postos de trabalho, bem como no comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 73,27% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e

concentram 44,13% da área. Observa-se, ainda, que 20,79% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 35,84% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 98,02% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 91,53% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

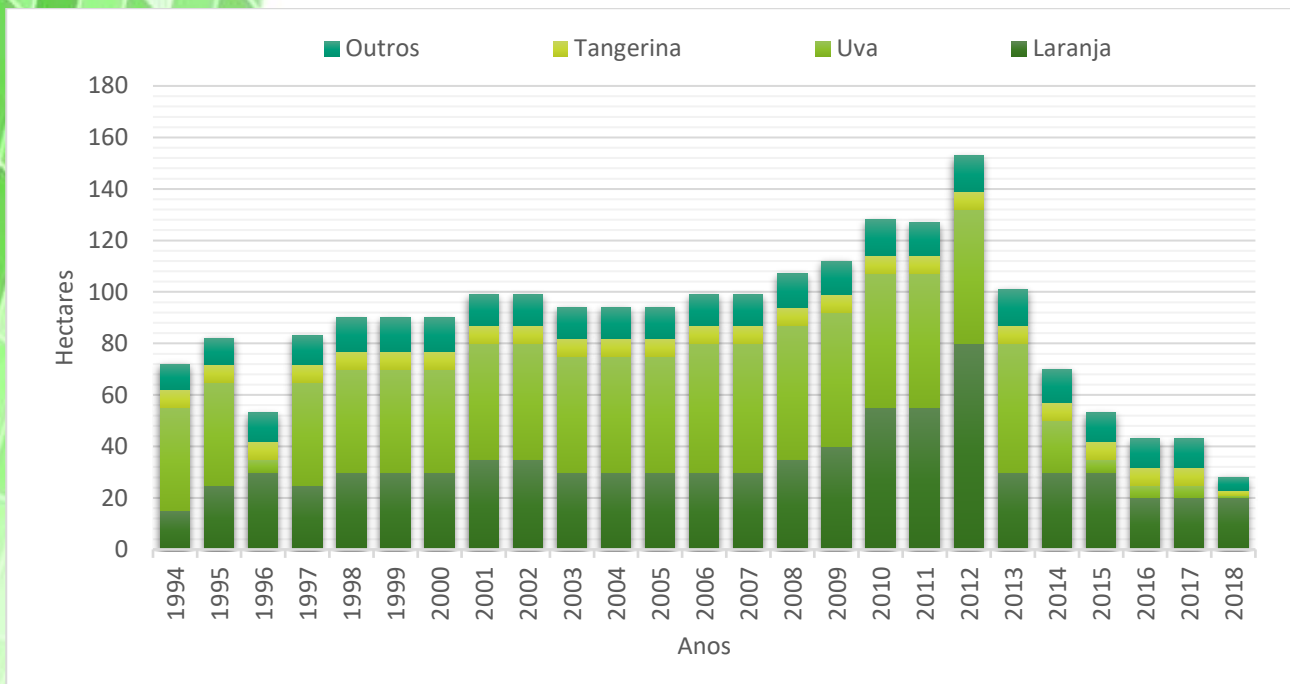
Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	148	1416,736	73,27	44,13
1-2	42	1150,612	20,79	35,84
2-3	8	371,0499	3,96	11,56
3-4	4	271,786	1,98	8,47
4-5	0	0	0,00	0,00
5-6	0	0	0,00	0,00
6-7	0	0	0,00	0,00
7-8	0	0	0,00	0,00
8-9	0	0	0,00	0,00
9-10	0	0	0,00	0,00
>10	0	0	0,00	0,00
Total	202	3.210,18	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 74 hectares para culturas perenes e 3.461 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020), permite observar que a lavoura permanente veio passando por períodos de retração, principalmente nas culturas de laranja, uva, assim como a de tangerina no último ano da série histórica (Figura 11).

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018

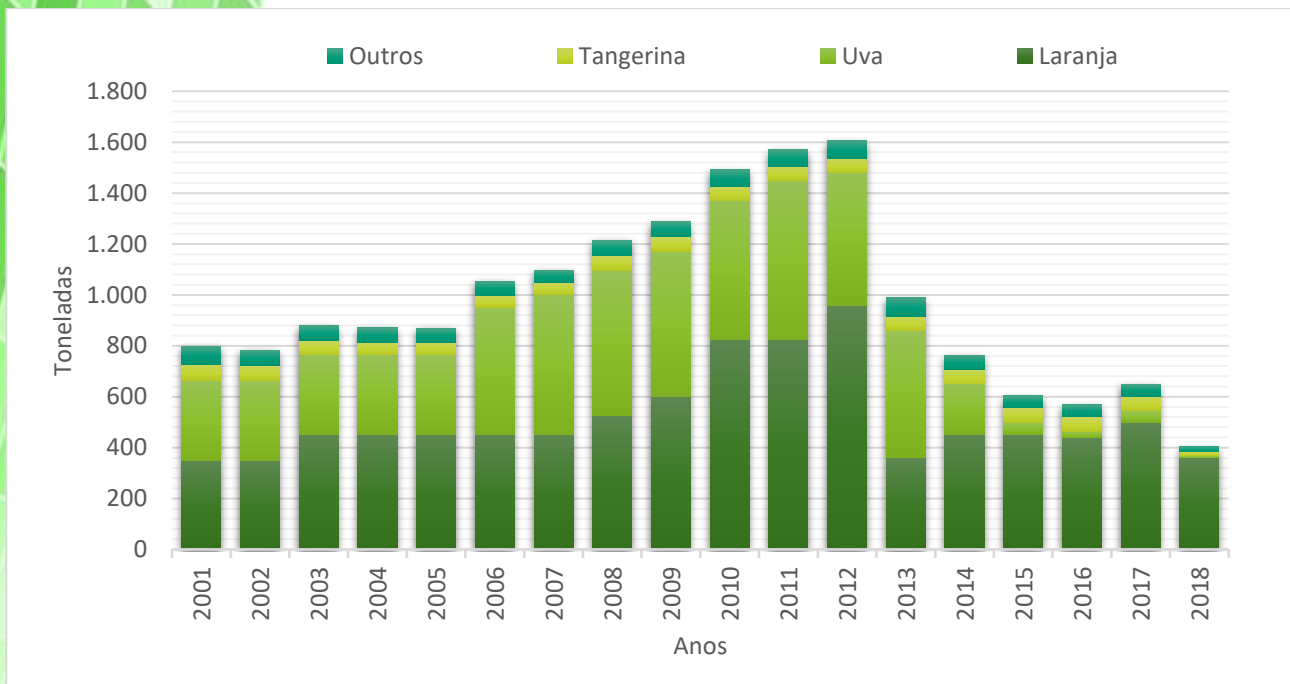


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A cultura de laranja apresentou crescimento até o ano de 2012, quando chegou a ter uma área de 80 hectares, mas, veio reduzindo a partir de 2013, chegando em 2016 a 20 hectares, permanecendo neste patamar até 2018. O mesmo se observa para as outras culturas permanentes, conforme Neste contexto, a área colhida de uva, que vinha mantendo certa estabilidade até 2012, quando obteve uma área colhida 52 hectares, veio reduzindo nos próximos anos, chegando a somente 1 hectare em 2018. A área de tangerina que mantinha uma estabilidade de 7 hectares de área ao longo dos anos, foi reduzida para somente 2 hectares em 2018.

Na Figura 12 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a uva, a tangerina, e a laranja compõem a principal massa produtiva em se tratando de culturas perenes. Pode-se observar, inicialmente, um crescimento significativo da produção até 2012, principalmente da laranja e da uva, mas, uma retração nos próximos anos, principalmente da uva. Neste sentido, verifica-se que a produção vinha em crescimento até 2012 quando alcançou o patamar mais alto, chegando a cerca de 1,6 mil toneladas, mas foi reduzido para somente 403 toneladas em 2018.

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



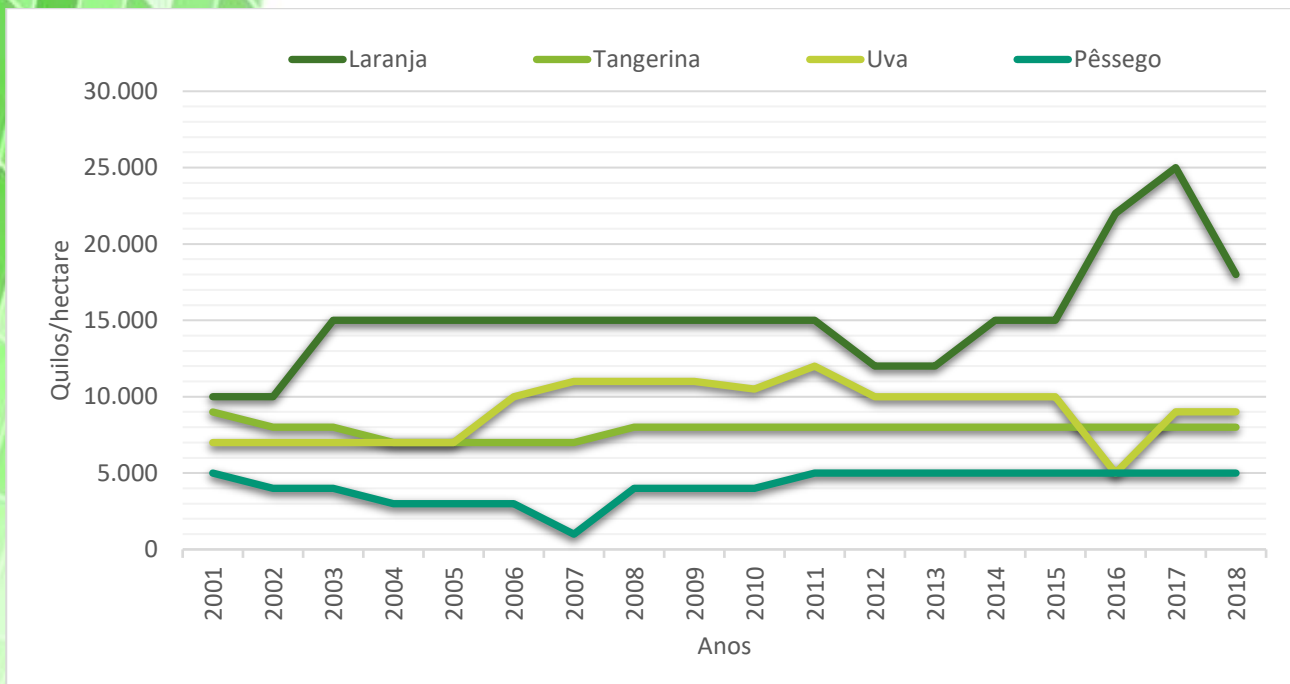
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Entre as culturas permanentes mais relevantes no município, a laranja e uva tiveram uma retração nos últimos anos, e, desta forma, contribuíram para a queda na produção total. Neste sentido, denota-se que a produção de laranja chegou a alcançar 960 toneladas em 2012, vindo a retrair, chegando a 2018 com 360 toneladas. Da mesma forma a uva que vinha mantendo mais de 500 toneladas entre 2007 e 2012, veio retraindo a produção nos próximos anos, chegando em 2018 com apenas 9 toneladas.

Pode-se observar na Figura 13 o comportamento do rendimento médio da produção da lavoura permanente no município de Engenho Velho. A laranja, a uva, a tangerina e o pêsego são as culturas que obtiveram um rendimento médio de quilos por hectare mais altos durante o período analisado.

A laranja obteve certa estabilidade relativamente ao rendimento da produção por volta dos 15 mil Kg/Hectare, entre os anos 2003 e 2015, onde a partir de 2016 houve um aumento da produtividade desta cultura, repetindo-se em 2017, ano em que se obteve o maior rendimento médio (25mikg/Hectare), mas, apresentando uma redução em 2018 para 18 mil Kg/Hectare.

Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (kg/ha): 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

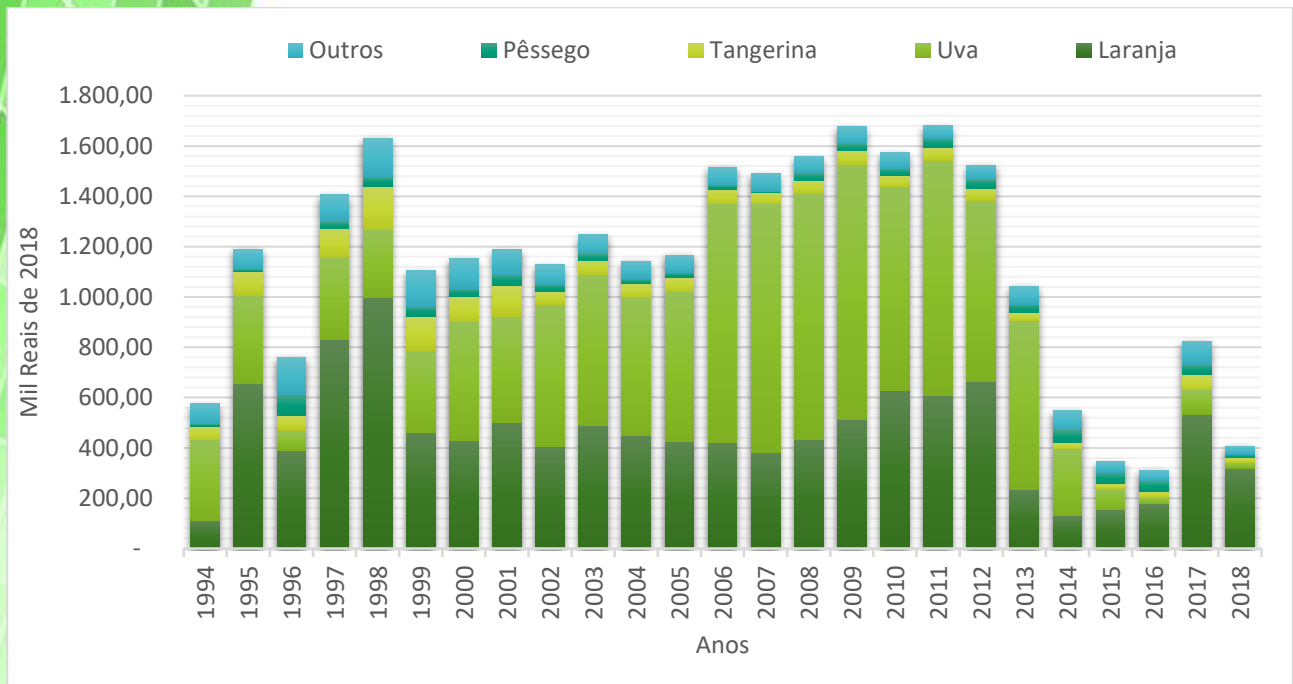
Quanto a uva observa-se uma variação na produtividade desta cultura. Desta forma, verifica-se que no período entre 2006 e 2014, o rendimento médio variou entre 10 e 12 mil Kg/Hectare, ressaltando uma redução nos anos posteriores, fixando-se em 2017 e 2018 com 9 mil Kg/Hectare.

Por outro lado, o rendimento médio da tangerina, mesmo apresentando uma leve queda no período inicial, apresentou alguns anos de crescimento, chegando em 2008 a 8 mil Kg/Hectare, mantendo-se neste patamar até 2018.

Por fim, o rendimento médio da cultura do pêssego, apesar de baixo entre os anos de 2004 e 2007, apresentou um rendimento médio a partir de 2011 até 2018, de 5 mil Kg/Hectare.

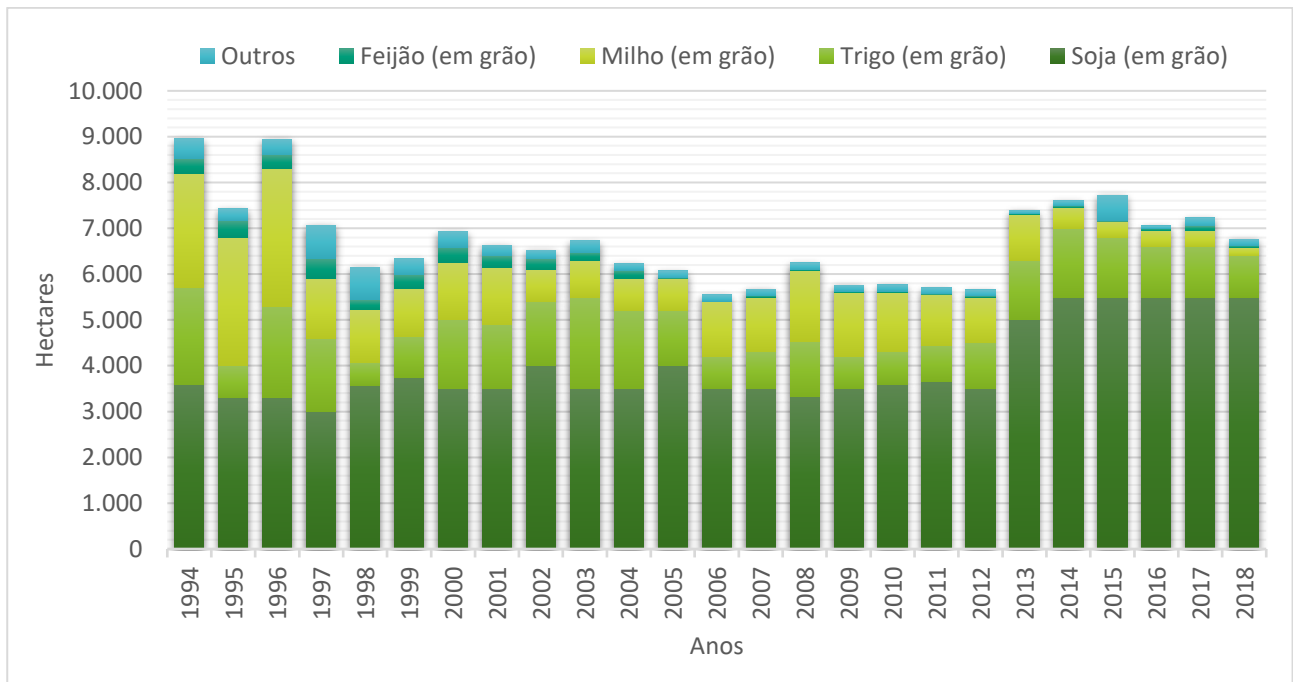
Pode-se observar na Figura 14 o comportamento do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018. Neste sentido, destaca-se que o valor da produção, se aproximou de R\$ 1,7 milhão em 2009, vindo a decrescer até 2016, apresentando uma recuperação em 2017, mas, decresceu novamente em 2018, chegando na casa dos R\$ 407 mil. O valor da produção da laranja situou-se em R\$ 320 mil no último ano da série analisada, mas já foi de R\$ 664 mil em 2012. Da mesma forma seguiu a uva, que teve seu valor máximo da produção em 2009, quando alcançou R\$ 1 milhão, mas chegou em 2018 com somente R\$ 23 mil.

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar a partir da Figura 15, que as culturas de soja, milho, trigo e feijão se constituem como as principais, por apresentarem as maiores áreas plantadas.

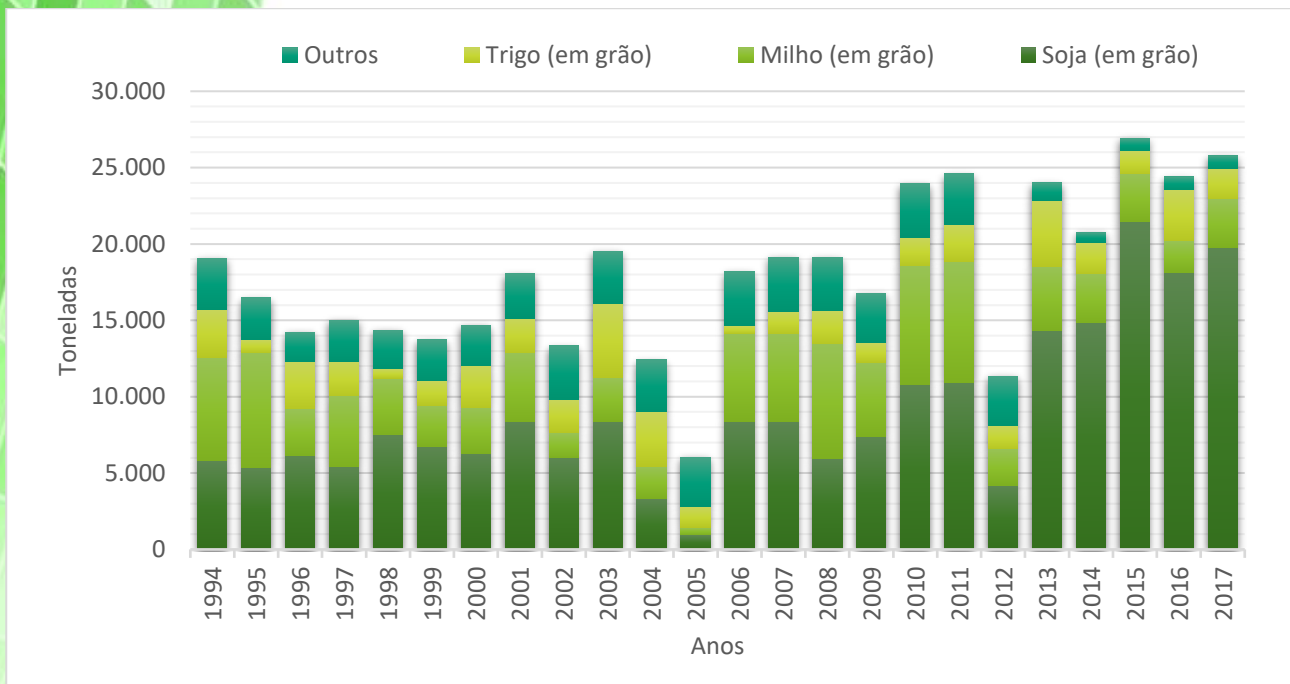
Neste sentido, é perceptível certa tendência de crescimento na área plantada de soja até 2014 e de estagnação até 2018. Em 1994 o município dispunha desta cultura em uma área plantada de 3.600 hectares, apresentando 5.500 hectares em 2018 (crescimento de 53%, levando em consideração os anos de 1994 e 2018).

Por outro lado, nas lavouras de milho, trigo e feijão observa-se uma tendência de redução das áreas. A lavoura de milho, que em 1994 contava com 2.500 hectares, chegou a 3.000 hectares em 1996, veio decrescendo no decorrer dos anos, apresentando alguns períodos de aumento de área, mas em 2018 contou com somente 180 hectares (decréscimo 93%). A lavoura de trigo que em 1994 apresentou uma área plantada de 2.100 hectares, apresentou 900 hectares de área em 2018 (decréscimo de 57%, levando em consideração os anos de 1994 e 2018). A área de feijão em 1994 era de 370 hectares, chegou a ser de 450 hectares em 1997, mas em 2018 passou a somente 45 hectares (decréscimo de 86%)

Em termos gerais, ao considerar as culturas em análise, pode-se dizer que houve uma redução de 24% no total da área plantada de lavoura temporária no município, entre os anos de 1994 e 2018.

Apresenta-se na Figura 16 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de soja (que varia de 960 toneladas a 21.450 toneladas), de milho (504 toneladas a 7.920 toneladas) e de Trigo (532 toneladas a 4.800 toneladas).

Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



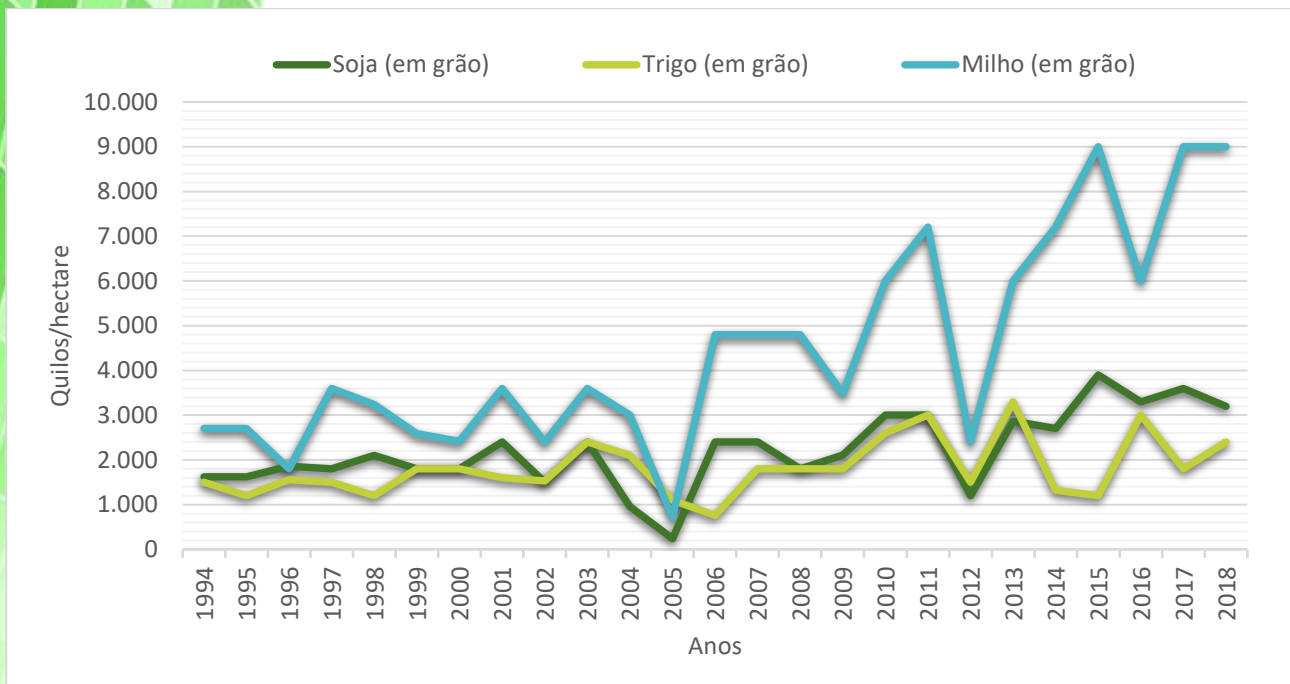
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na comparação entre os extremos, observa-se que a produção de soja teve um crescimento de 202% e uma taxa média de crescimento de 5% ao ano. Contrariamente, o milho teve um decréscimo de 76% e uma taxa média de -6% ao ano. Da mesma forma o trigo obteve decréscimo na produção de 31% e uma taxa média de -6% ao ano.

Em uma análise geral da produção, levando em consideração as culturas temporárias analisadas, têm-se um crescimento de 16% ao considerar os extremos e uma taxa média de crescimento de 1% ao ano.

Apresenta-se na Figura 17, a produtividade da lavoura temporária, ou seja, o comportamento do rendimento médio da produção deste tipo de cultura no município. Neste sentido, observa-se que o milho, a soja, o trigo e o feijão são as culturas que obtiveram um rendimento médio de quilos por hectare mais altos durante o período analisado.

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Relativamente ao milho, obteve-se uma maior produtividade nos anos de 2015 e de 2017 a 2018, quando se chegou a ter um rendimento médio na casa dos 9 mil Kg/Hectare. Quanto a soja chegou-se a ter a produtividade mais alta nos anos de 2010, 2011 e entre 2015 e 2018, quando chegou a faixa dos 3 mil Kg/Hectare, destacando o ano de 2015 quando se teve o maior rendimento médio do período analisado, fixando-se em 3,9 mil Kg/Hectare.

A produtividade do trigo esteve um patamar mais alto em 2013, quando se chegou a um rendimento médio de 3,3 mil Kg/Hectare, mas, em 2018, a produtividade caiu ao patamar de 2,4 mil Kg/Hectare. Por fim, a produtividade do feijão esteve num patamar mais alto em 2013 e em 2015 apresentando um rendimento médio na faixa dos 1,5 mil Kg/Hectare.

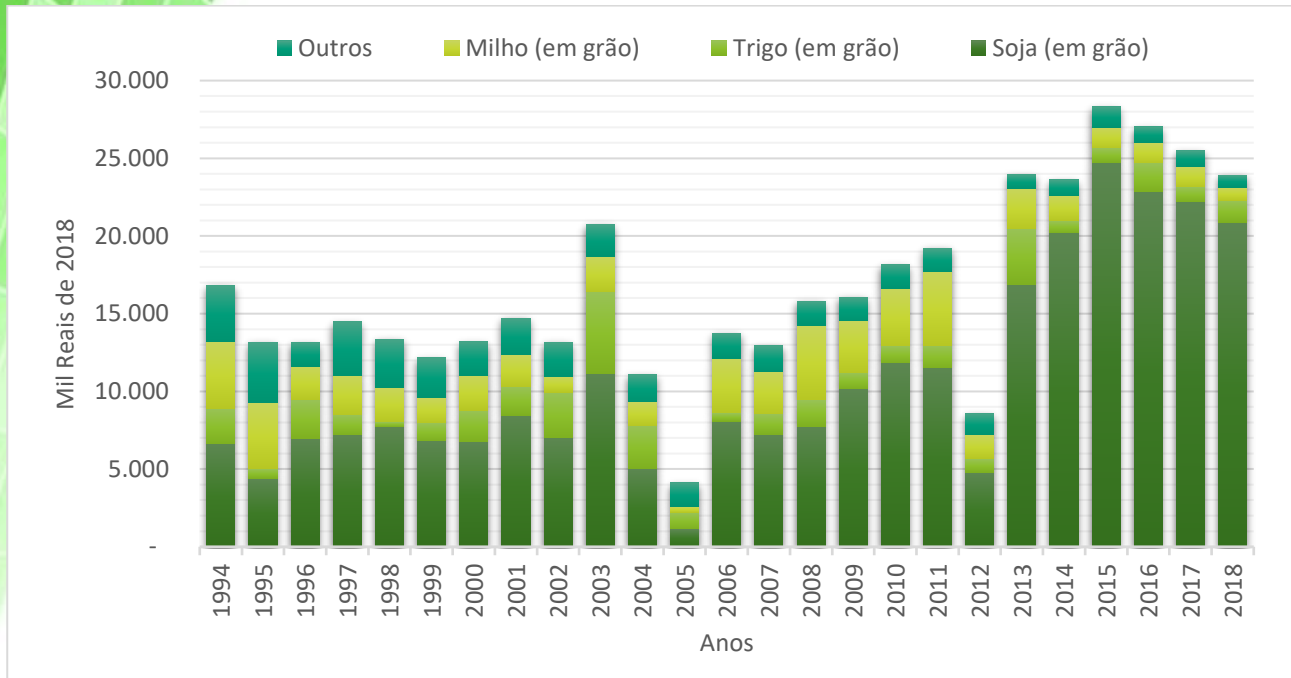
Em termos gerais, pode-se dizer que a produtividade relativa à lavoura temporária no município, teve uma taxa de crescimento médio de 3% ao ano.

Em termos reais⁴⁴, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária esteve num patamar de cerca de R\$ 28,3 milhões em 2015, mas, já apresentou

⁴⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

alguns anos de maior retração (2005 e 2012), assim como alguns períodos de maior recuperação do valor da produção (2003 e 2015) mas, em 2018 contou com cerca de R\$ 23,9 milhões.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

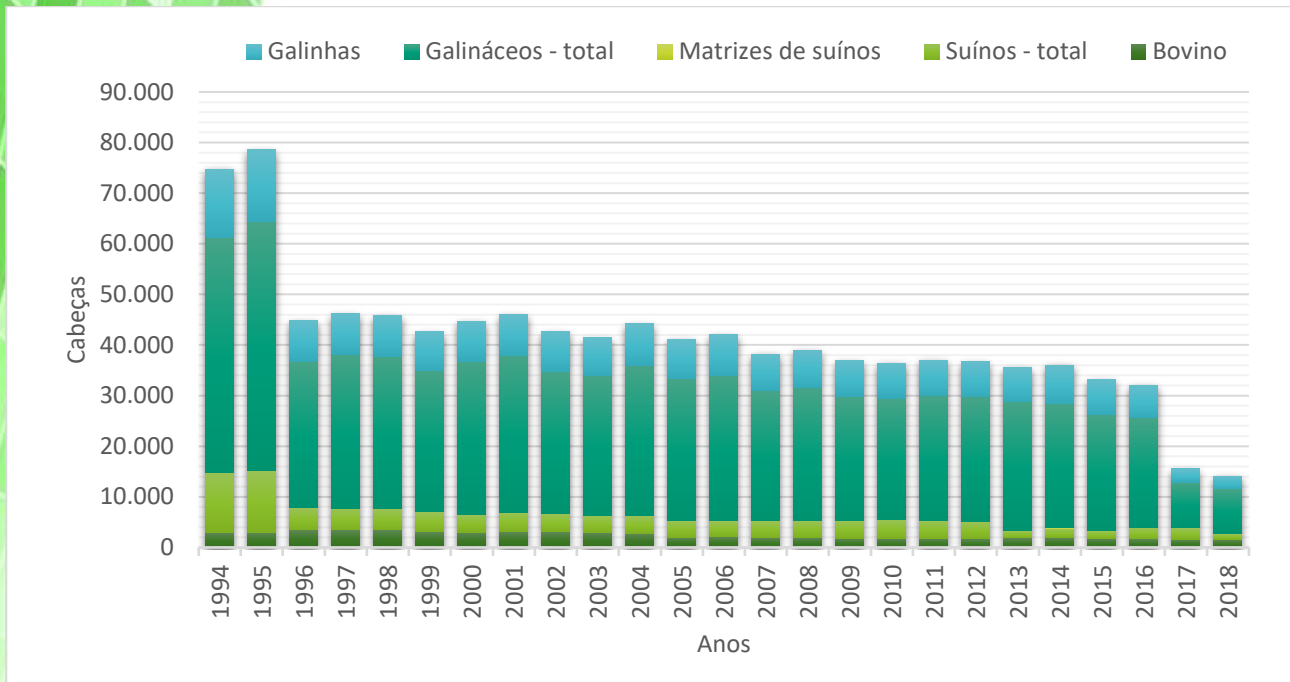


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em 2015, a cultura da soja alcançou a casa dos R\$ 24 milhões, vindo a retrair nos anos posteriores, contanto em 2018 com R\$ 20,9 milhões. Entretanto, esta foi a única cultura dentre as demais que apresentou crescimento médio positivo durante o período analisado. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o trigo, que fechou 2018 em R\$ 1,4 milhão. Em seguida, o milho com R\$ 0,84 milhão, constituindo o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

De forma geral, levando em consideração as culturas analisadas, pode-se dizer que o valor da produção da lavoura temporária do município apresentou um crescimento de 42%, sendo considerado os anos das duas extremidades da série, e uma variação na taxa média de crescimento ao ano de 1%, durante o período analisado.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 19 uma tendência de redução dos rebanhos do município, onde em 1994 se tinha cerca de 75 mil cabeças e em 2018 por volta de 14 mil cabeças. De forma geral, levando em consideração todo o período da série histórica, o rebanho total teve redução de 81% e uma taxa média de redução anual de 7%.

O rebanho de suínos apresentou uma redução de 91% no período analisado, comparando as extremidades, e a taxa média de redução foi de 10% ao ano. Este rebanho chegou a ter por volta das 12 mil cabeças nos anos iniciais, mas a partir de 1996 apresentou tendência de redução, chegando em 2018 com cerca de mil cabeças.

Na categoria galináceos⁵, o maior rebanho do município, após contar com patamares mais altos nos anos iniciais, a partir de 1996 veio apresentando uma tendência de redução do número de cabeças, com maior impacto a partir de 2017, chegando em 2018 com 8,8 mil cabeças. Neste sentido, levando em consideração todo o período, o rebanho de galináceos teve redução de 81% comparando-se os dois extremos, assim como uma redução média ao ano de 7%.

⁵ Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

Da mesma forma, na categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 81% no período e uma redução média de 7% ao ano. Este rebanho esteve entre 13 e 14 mil cabeças nos anos iniciais, mas a partir de 1996, também veio apresentando tendência de redução ao longo do período, chegando em 2018, com 2,5 mil cabeças.

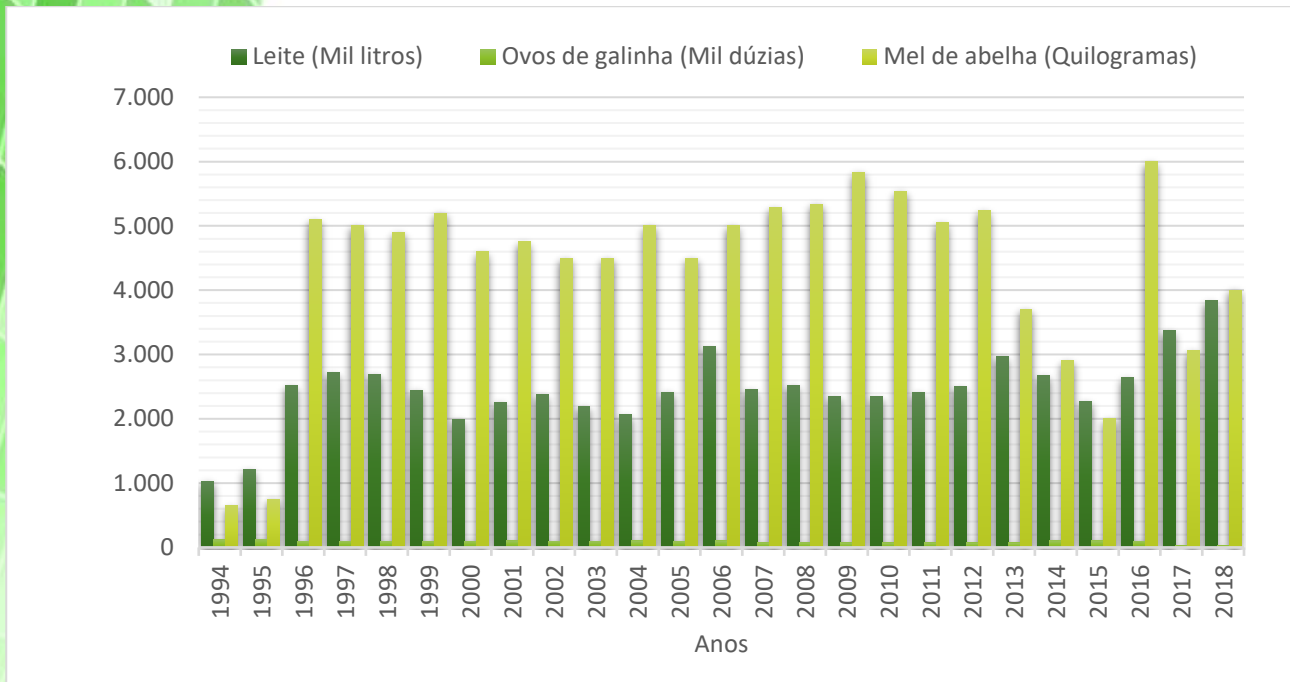
Por fim, o rebanho bovino, apesar de ser menor, também apresentou uma tendência de redução durante o período analisado. Este rebanho chegou a ter por volta das 3 mil cabeças entre 1994 e 2003, mas veio reduzindo ao longo dos anos, chegando em 2018 com 1,6 mil cabeças. Neste sentido, houve uma redução de 44% neste rebanho entre 1994 e 2018, e uma redução média de 2% ao ano.

Tendo por base a Figura 20, é possível observar a quantidade da produção animal do município. Neste sentido, é possível observar que a produção de leite evoluiu de 1 milhão de litros para cerca de 3,8 milhões entre 1994 e 2018. A produção de mel evoluiu de 0,65 mil para 4 mil quilos entre no mesmo período, mas já apresentou 6 mil quilos em 2016. Já a produção de ovos partiu das 120 mil dúzias em 1994 aumentou para 130 mil dúzias em 1995, tentou manter-se na faixa das 100 mil dúzias em alguns anos, mas foi reduzida a cerca de 29 mil dúzias em 2018.

De forma geral, a produção animal obteve crescimento de 294% levando em consideração os anos de 1994 e 2018, assim como obteve uma taxa de crescimento médio de 6% ao ano, durante o período analisado. Este crescimento foi impactado pela produção de leite e de mel, as quais apresentaram crescimento de 274% e 515% respectivamente, comparando as extremidades, assim como uma taxa média de crescimento de 6% e 8% ao ano, respectivamente. Contrariamente, a produção de ovos impactou negativamente na produção global, pois decresceu 76% no período e obteve uma taxa média de decréscimo de 6% ao ano.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018

⁶ Segundo o IBGE, a categoria “galinhas” engloba as aves fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

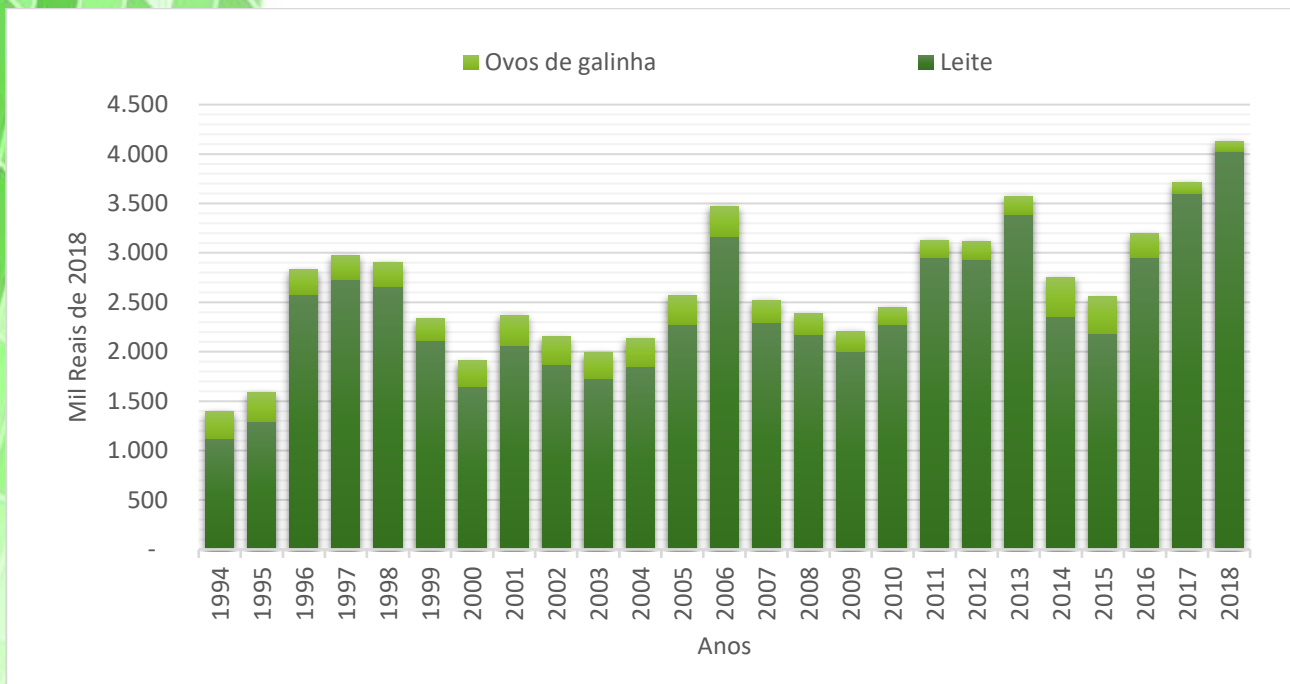


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Neste contexto, a atividade leiteira é a de maior valor da produção animal, apesar de alguns períodos de baixa, apresentou crescimento, saindo de um valor da produção em 1994 de R\$ 1,1 milhão para chegar em 2018 no patamar de R\$ 4 milhões, conforme é possível verificar na Figura 21.

O valor da produção evoluiu de aproximadamente R\$ 1,4 milhão para R\$ 4,2 milhões entre 1994 e 2018, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

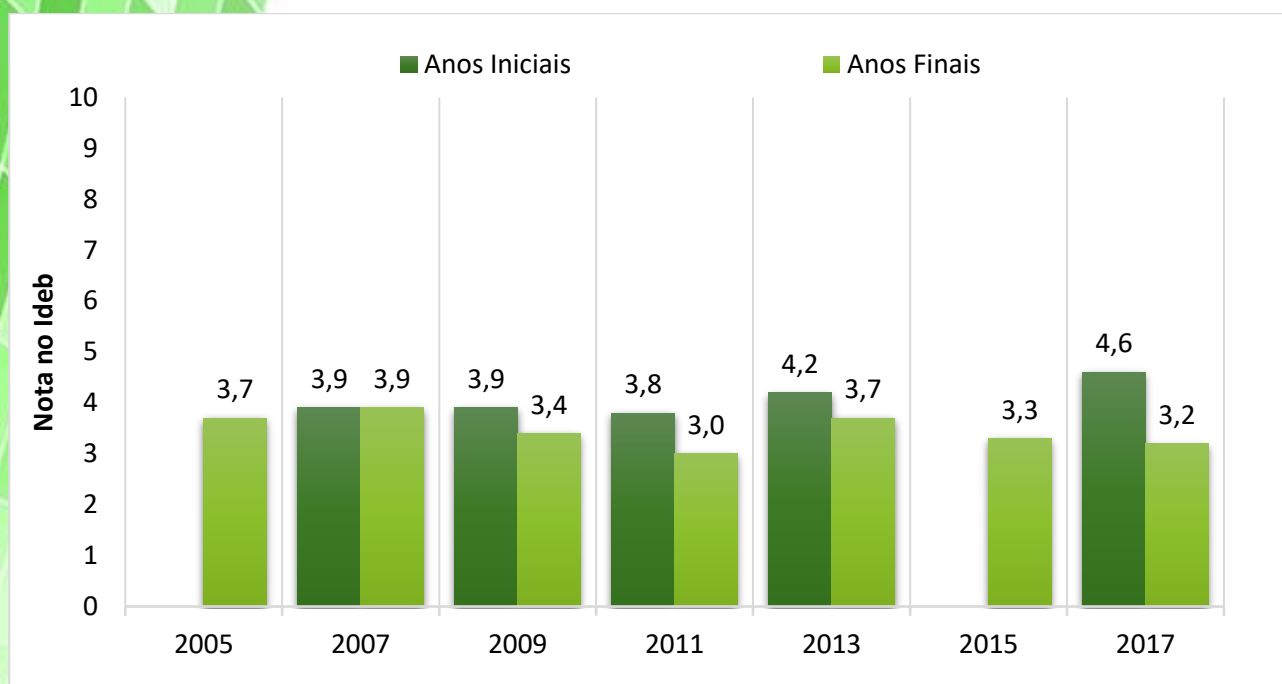
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,3%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 209 no ensino fundamental e 44 no ensino médio.

Em 2018, 31 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 12 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 3 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Engenho Velho/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 22. Neste sentido, percebe-se que a educação dos anos iniciais evoluiu de 2007 até 2017, partindo da nota 3,9, evoluindo para 4,6 correspondentemente.

Em relação aos anos finais da educação, percebe-se que o desempenho dos alunos do município, durante o período estudado, veio sofrendo uma variação no decorrer dos anos, partindo de um índice de 3,7 em 2005 para 3,9 em 2007. Observa-se um decréscimo até 2011, quando obteve a nota 3,0, mas voltando a crescer em 2013, atingindo a nota 3,7, voltando a decrescer até 2017, atingindo a nota 3,2.

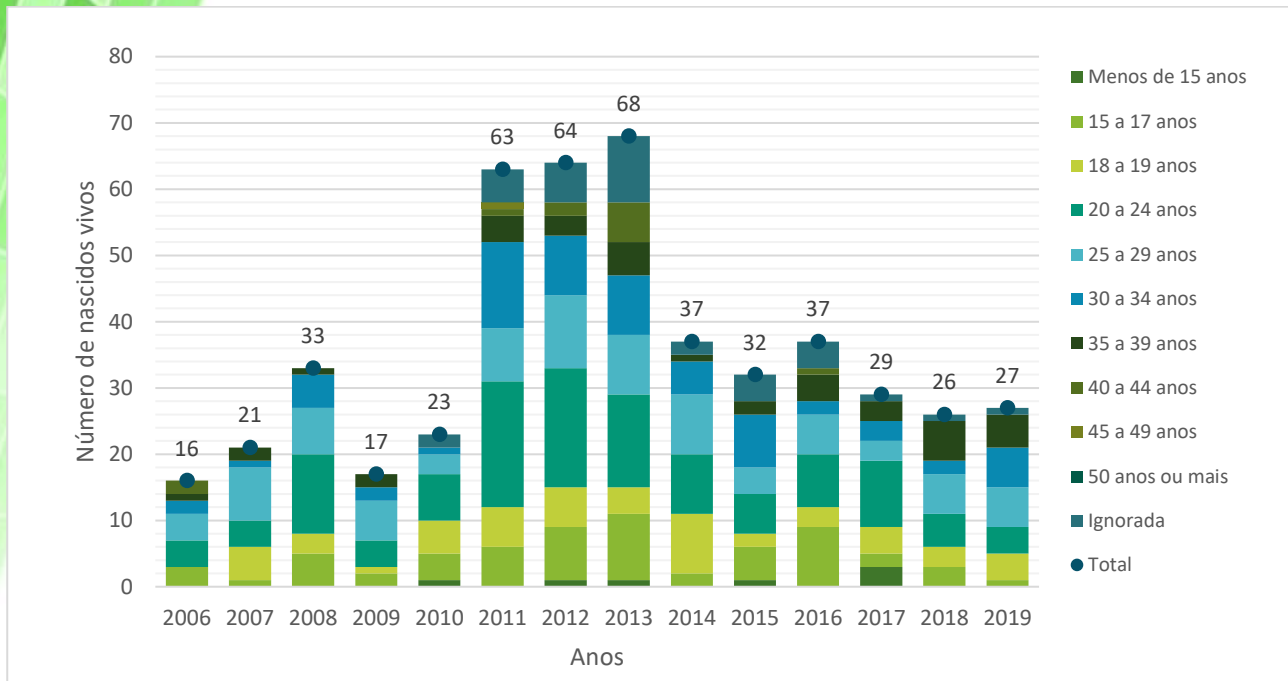
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

Em 2019 foram registrados 27 partos, sendo um com mãe de menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e

⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 13 partos de mães com quarenta anos ou mais.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Engenho Velho/RS: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não foram registradas mortes infantis, enquanto que “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 27.03 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 80 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 1182 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

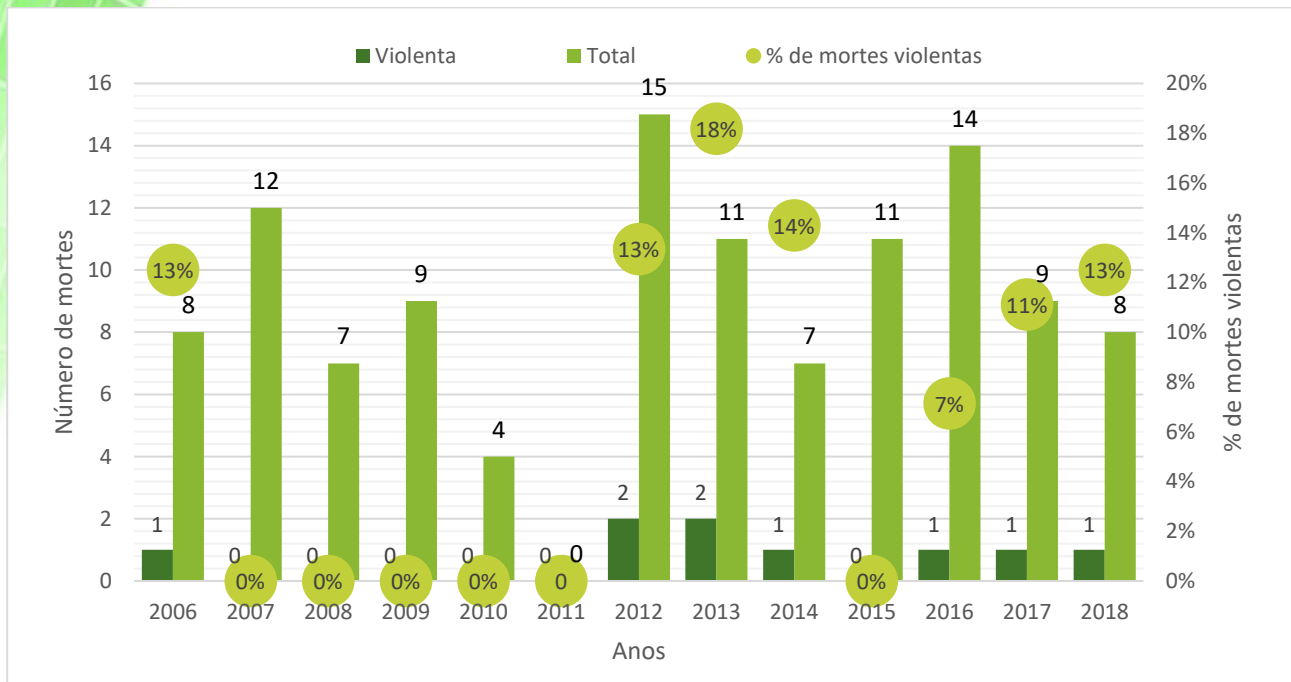
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 13%.

Em 2013 chegou a alcançar o patamar mais alto (18%), em contrapartida, nos anos de 2007 a 2011 e no ano de 2015 não foram registradas mortes violentas no município.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2010 com 4 mortes, sendo que nenhuma destas foi de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2012, com 15 mortes, sendo que 13% destas foram de forma violenta.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Engenho Velho/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 115 óbitos, dos quais 9 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 13% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

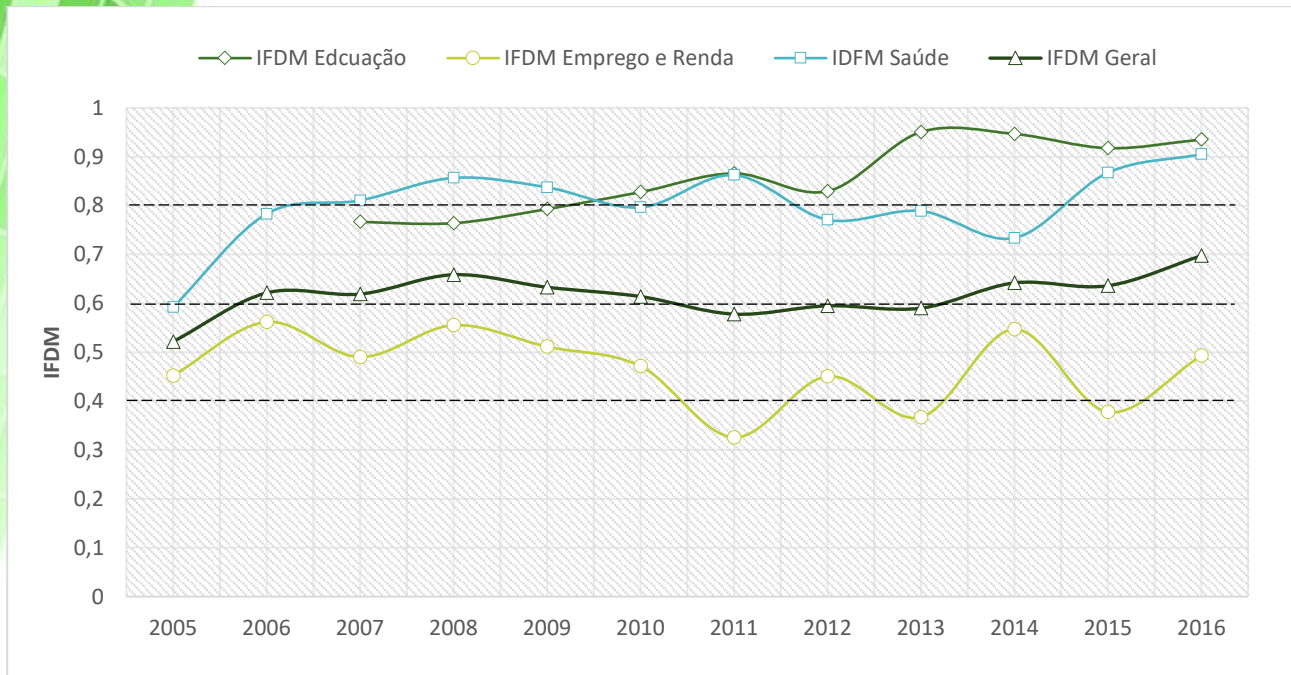
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

De acordo com Figura 25, as áreas de educação e saúde foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, o desempenho do indicador de emprego e renda esteve em um patamar mais baixo.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 7.119,30 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 3.190,19 hectares. Destes, cerca de 8,2% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 5,14% como Reserva Legal e 84,32% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	7.119,30	

Número de imóveis rurais	201	
Área total dos imóveis rurais	3.190,19	44,81
Área média:	15,87	
Área mínima/máxima:	0,30 / 77,80	
APP	261,58	8,2
APP - Recomposição	7,72	0,24
Reserva Legal	164,08	5,14
Vegetação Nativa	294,99	9,25
Servidão Administrativa	36,06	1,13
Área Consolidada	2.690,11	84,32
Banhados	2,19	0,07
Número de Nascentes	18	0
Uso Restrito	1	0,03
Hidrografia	31,56	0,99
Topo de Morro	1	0,03
Áreas: Não Declarada - Outras	3.929,12	55,19

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 201 imóveis rurais, cerca de 64,68% mantém APP, 7,96% declararam ter olho d'água, 52,24% tem reserva legal e 84,08% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	130	269,3	71	64,68	35,32
Área Consolidada	193	2.690,11	8	96,02	3,98
Banhado	7	2,19	194	3,48	96,52
Hidrografia	126	18	75	62,69	37,31
Nascente olho d'água	16	0	185	7,96	92,04
Reserva Legal	105	164,08	96	52,24	47,76
Servidão Administrativa	157	36,06	44	78,11	21,89
Uso Restrito	1	1	200	0,5	99,5
Vegetação Nativa	169	294,99	32	84,08	15,92
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – ENGENHO VELHO					
Número Total de I.R. :	201	3.190,18			
Área Total do Município:		7.119,30			
% Área declarada/Área Município:		44,81			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, “... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida.” No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, “... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva”.

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁸, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

⁸ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO. **História do município de Engenho Velho – RS**. Disponível em: <https://www.engenhovelho.rs.leg.br/institucional/historia>. Acesso em: mai/2020.

CIDADE BRASIL. **Município de Engenho Velho – RS**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-engenho-velho.html>. Acesso em: mai/2020.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em 2020.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Engenho Velho, RS. 2020.** Disponível em: http://www.engenhovelho.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=373&Itemid=775#. Acesso em: mai/2020.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.